

ECONOMIA

Num mundo cheio de contratos, o Nobel foi para quem ajuda a desenhá-los

Ciência económica
Sérgio Aníbal

Oliver Hart e Bengt Holmström recebem Prémio Nobel da Economia pelo seu trabalho na área da teoria dos contratos

Deve uma empresa pagar aos seus trabalhadores um salário fixo ou um salário variável de acordo com o seu desempenho? É melhor o Estado prestar directamente um serviço como as prisões ou assinar um contrato com uma empresa do sector privado para o fazer? Se um presidente executivo de uma grande empresa ganhar prémios sempre que as acções sobem, tem o incentivo certo para garantir ganhos aos accionistas que sejam sustentáveis?

A resposta a estas perguntas – algumas das mais importantes para a forma como as empresas, as pessoas e o Estado se relacionam em termos económicos – está muitas vezes nas “letras miúdas” dos contratos. E, por isso, foi sem surpresa que dois dos economistas que mais contribuíram para a compreensão de todas as implicações, consequências e problemas associados ao estabelecimento dos mais variados tipos de contratos foram ontem premiados com o Prémio Nobel da Economia.

O finlandês Bengt Holmström, do MIT, e o britânico naturalizado norte-americano Oliver Hart, da Universidade de Harvard, tornaram-se nos mais recentes prémios Nobel da Economia (que tem como designação oficial Prémio do Banco da Suécia para as Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel) devido ao trabalho que realizaram na área da teoria dos contratos. A reacção de outro prémio Nobel da Economia, Paul Krugman, ao anúncio mostra que a escolha da academia desta vez tem muito pouco de polémico: “O mais surpreendente é perceber que ainda não o tinham recebido.”

O que os dois economistas residentes nos EUA fizeram foi, com estudos separados e maioritariamente publicados nos anos 70 e 80 do século passado, criar as fundações de um campo de estudos que ajuda a estabelecer as regras que devem ser seguidas quando se desenha um contrato. Em particular, ajudaram



Maioria do trabalho dos economistas foi publicado nos anos 70 e 80

a que se percebesse melhor como é que aquilo que está previsto num contrato – como os incentivos ou a distribuição de risco entre as partes – influencia de forma decisiva o comportamento dos diversos agentes económicos.

O tema pode parecer reservado ao plano teórico, mas as consequências práticas já foram sentidas, em algum momento da vida, pela maioria das pessoas e das empresas: num contrato de trabalho, num contrato de seguros, num contrato de crédito, num contrato de fornecimento de serviços ou numa parceria público-privada (PPP), por exemplo.

Veja-se o caso da política salarial de uma empresa. Para dar um incentivo aos seus funcionários para melhorarem os seus resultados, uma ideia bastante habitual é uma empresa ligar os salários ao desempenho, em vez de definir um salário fixo. No entanto, Bengt Holmström defende



O mais surpreendente é perceber que ainda não tinham recebido o Prémio Nobel

Paul Krugman
Economista

que a atribuição de um incentivo financeiro reduzido pode ter vantagens importantes em relação a um incentivo maior: mais cooperação entre os trabalhadores, maior valorização de factores como a cultura empresarial.

Um problema semelhante a este é o dos prémios atribuídos aos presidentes das grandes empresas, que no passado resultaram em práticas de gestão viradas para o curto prazo e, em alguns casos, susceptíveis a fraudes. Em relação ao caso Enron, Bengt Holmström disse que o problema estava na forma como os contratos foram escritos, que permitiam ganhos imediatos aos gestores quando as acções subiam. “Culparam as opções e compra de acções em geral, quando o problema estava simplesmente no facto de deixarem as opções serem accionadas demasiado depressa”, disse.

Outra área em que a teoria dos contratos se aplica tem que ver com a forma como o Estado presta os serviços aos cidadãos. Os trabalhos de Holmström e Hart apontam também aqui para a ideia de que a opção entre a privatização e a prestação directa pelo Estado de um serviço depende da situação em concreto e, é claro, da forma como está desenhado o contrato. Oliver Hart conseguiu demonstrar os enormes riscos em termos de qualidade de serviço que os Estados correm quando decidem deixar para o sector privado áreas como as prisões ou a educação.

sergio.anibal@publico.pt

Microeconomia em alta



Opinião
Joana Pais

O empenho com que um trabalhador desempenha as suas tarefas distingue-se por ser um factor produtivo difícil de controlar e, por vezes, impossível de quantificar, sendo que apenas os trabalhadores conhecem, com exactidão, o empenho que colocam nas suas tarefas.

A relação entre um trabalhador e o dono da empresa para a qual trabalha apresenta duas características: assimetria de informação e conflito de interesses. O trabalhador conhece o seu nível de esforço, ao contrário do dono da empresa. Por outro lado, o dono da empresa pretende maximizar os lucros, aumentar a quota de mercado ou fazer crescer o valor da sua empresa, o que não está necessariamente alinhado com os interesses do trabalhador.

Estas duas características são comuns a muitas outras relações e redundam na celebração de contratos – contratos de trabalho, contratos de crédito, contratos de seguro, entre outros. Os economistas Oliver Hart e Bengt Holmström desenvolveram instrumentos teóricos que permitem compreender como é que os contratos podem ajudar pessoas e instituições a ultrapassar conflitos de interesse em situações de falta de informação e lançaram as bases da chamada “teoria dos contratos”. As suas contribuições foram hoje distinguidas pelo Prémio da Real Academia das Ciências em Memória de Alfred Nobel na Economia.

No trabalho de Holmström, finlandês e professor de Economia do MIT, reconhece-se no contrato um instrumento para alinhar os interesses entre as partes envolvidas, que pode ser afinado para dar os incentivos correctos. Por exemplo, numa grande empresa cotada em bolsa, a remuneração de um gestor deverá ser variável e depender não só da sua *performance*, mas também dos

resultados da empresa. No entanto, a variabilidade deverá ser limitada, já que tipicamente o gestor é avesso ao risco e tem de ser compensado para correr riscos. Por outro lado, a remuneração deve depender não só dos lucros ou da cotação das acções, mas também de variáveis correlacionadas com o valor destas acções que ajudam a destrinçar o efeito que o trabalho do gestor tem nos resultados da empresa, da tendência geral da indústria e de flutuações macroeconómicas que não controla.

O trabalho de Hart, britânico e professor de Economia em Harvard, reconhece as dificuldades que existem em escrever e fazer cumprir contratos que especificam todas as contingências relevantes, introduzindo os chamados “contratos incompletos”. Neste contexto, a atribuição de direitos de propriedade, que geram direitos de decisão, pode substituir outro tipo de incentivos que os contratos encerram. A teoria

Oliver Hart e Bengt Holmström lançaram as bases da chamada “teoria dos contratos”

dos contratos incompletos deu lugar a uma teoria de direitos de propriedade rica, que permite dar resposta a questões que se prendem com a dimensão óptima das empresas ou com a decisão de tornar privada a propriedade pública de, por exemplo, escolas, hospitais ou prisões.

O Nobel deste ano distingue o “desenho de contratos” e vem no seguimento do Nobel atribuído a Tirole em 2014. Vem ainda na linha do Nobel de 2012, que premiou Roth e Shapley pelo “desenho de mercados de afectação” e do Nobel de 2007 atribuído a Hurwicz, Maskin e Myerson pelos fundamentos do “desenho de mecanismos”, entre outros. Trata-se de microeconomistas cujos contributos ajudam a moldar instituições e desenhar mercados. A microeconomia está em alta.

Professora do ISEG